

Rever Constituição não é prioridade

Canotilho e Marques Mendes concordam: há problemas mais graves em Portugal

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

PORTUGAL tem tarefas mais importantes do que rever a Constituição, concordam Gomes Canotilho e Marques Mendes. Tanto que a Lei Fundamental em nada impede que Portugal seja produtivo e cresça, como provam a década e meia até 2000, em que cresceu 3% ao ano, ou empresas como a Continental Mabor, há muito entre as mais produtivas do mundo.

Ambos responderam com um “Não” à pergunta da Lusíada do Porto “Reforma Constitucional - É tempo de mudar?”. Ao invés, as falhas que levaram Portugal à bancarrota são de carácter “políti-



Lusíada convidou Marques Mendes e Gomes Canotilho

co, estratégico e também da envolvente, com a globalização”, disse o antigo presidente do PSD, que chamou a atenção para a gravata cor de laranja para lamentar o “desbotado” do partido, hoje, onde encontra uma “facilidade olímpica” em criticar a Constituição.

Gomes Canotilho está, também, mais preocupado com outras questões: “ter mais agilidade e inteligência

MAIS CORTES DO QUE REFORMAS

Alguns cortes eram precisos, diz Marques Mendes, mas cortar não é o mesmo que reformar. E diz que “o que é estrutural está, em quase todos os setores, por fazer”.

na organização política do país, habituarmo-nos à globalização e supranacionalização” e resolver questões como a natalidade. “É a classe média que compra livros, se reproduz, assume responsabilidades com os pais, filhos e netos”, mas tem sido alvo de “impiedade” por parte do Governo. “Não se pode ser cego nas decisões” sobre impostos ou salários, diz.

Nem sucumbir à “arrogânciazinha, à dor do cotovelo” que, por exemplo, remeteu a comissão que estudará a natalidade à esfera partidária e não do Governo. “Só porque foi anunciada no congresso do PSD, o CDS protestou”, lamentou Marques Mendes.

Rever a Constituição é ainda menos relevante, dizem, porque o processo abre sempre clivagens, com pouco resultado prático.

É o caso da redução do número de deputados ou da mudança do sistema eleitoral (para círculos uninominais, o que retiraria poder aos barões dos partidos sobre os deputados), inscritas na revisão de 1998 mas que ainda estão no papel. Aliás, Marques Mendes diz que “este sistema político está defunto”, mas só mudará com “um choque vindo de fora”. ●